

'Única saída para o Brasil é o crescimento'

Divulgação

Segundo Eichengreen, especialista em crises, País precisa crescer de 3,5% a 4% para evitar calote

PATRICIA CAMPOS MELLO

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) trouxe um certo fôlego para o Brasil atravessar as turbulências eleitorais, mas daqui para frente, a única saída para o País é o crescimento. Este é o alerta do economista Barry Eichengreen, um dos mais ativos críticos da política americana e do FMI. "Para conseguir evitar o calote, o Brasil precisa crescer entre 3,5% e 4% no ano que vem; infelizmente, esse crescimento não é algo que o FMI possa controlar", diz Eichengreen, que é professor da Universidade da Califórnia em Berkeley e foi consultor do FMI em 1997 e 1998, em plena crise da Ásia.

Para o economista, que hoje lidera o grupo de Crises Financeiras da NBER, a Agência Nacional de Pesquisas Econômicas dos Estados Unidos, o Brasil precisa se preparar para o

"clima recessivo" que vem por aí. Segundo ele, o superávit primário de 3,75% recebido pelo FMI é perfeitamente factível, "seja quem for o novo presidente brasileiro". "Mas será que isso é suficiente para o Brasil conseguir pagar suas dívidas em 2003 e 2004?", pergunta o economista. Eichengreen aponta para a probabilidade de o cenário externo piorar. "Se os EUA entrarem no duplo mergulho (recessão seguida de breve período de recuperação, e volta à recessão) e a guerra contra o Iraque efetivamente eclodir até o fim do ano, o que é provável, o crescimento do Brasil vai diminuir e os problemas de serviço da dívida podem ressurgir", diz o economista.

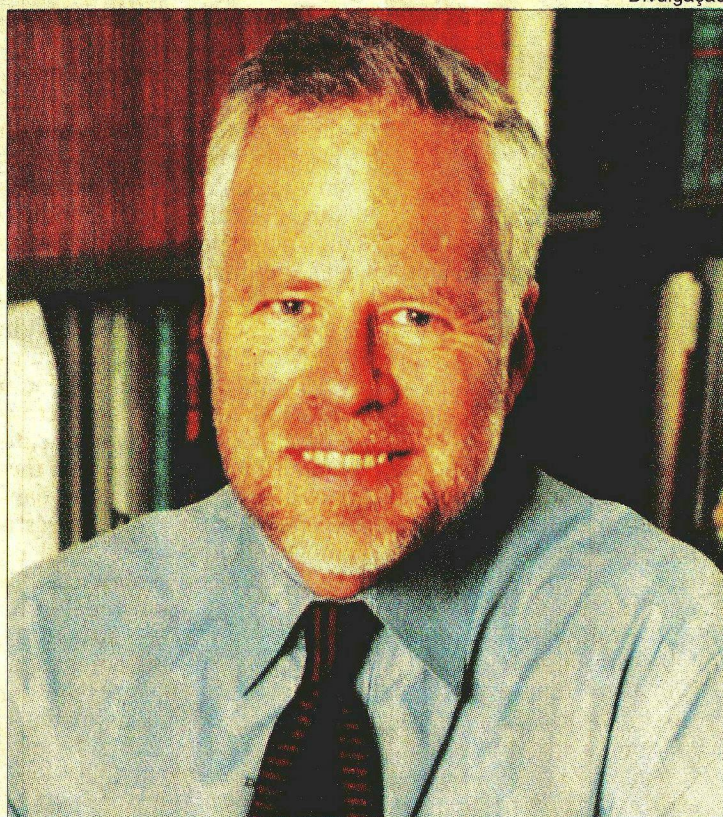
"Eu duvido que um superávit fiscal maior seja politicamente possível. Então um crescimento menor fatalmente implicará a reestruturação da dívida, coisa que tanto o FMI como o Brasil querem desesperadamente evitar."

A incerteza eleitoral não é a única dúvida que está atormentando os investidores ariscos. "A eleições brasileiras estavam na cabeça dos investidores há meses", diz Eichengreen. "O que é novo, e desencadeou a crise, é a constatação de que os Estados Unidos não estão saindo da recessão e que a guerra contra o Iraque, que pode abalar a confiança dos consumidores, está vindo aí." Isso pode ser um obstáculo na rota de recuperação do Brasil.

Novo FMI – Para Eichengreen, a magnitude da ajuda do FMI demonstra uma grande mudança na orientação do órgão, consequência da nova administração no Tesouro americano e no próprio FMI. Argentina e Brasil foram as primeiras crises que essas equipes enfrentaram. "Agora que eles tiveram sua dose de realidade,

estão aprendendo a ser mais pragmáticos." Segundo ele, a equipe do Tesouro e a do FMI eram muito "ideológicas" quando assumiram. "Eles queriam que o mercado cuidasse de tudo, queriam menos intervenção do governo", diz. "Acho que Bush (o presidente George W. Bush) e O'Neill (secretário do Tesouro, Paul O'Neill) tinham o primeiro instinto de negar qualquer tipo de ajuda, mas se deram conta de que deixar a América Latina se incendiar poderia trazer graves prejuízos para a causa da reforma econômica."

O FMI também não estava disposto a liberar pacotes – a gestão Köhler-Krueger é muito mais crítica a resgates do que



Eichengreen: Brasil precisa se preparar para 'clima recessivo'

a dupla antecessora, Camdessus-Fischer. "Mas se o fundo não fizesse nada, poderia levar a culpa dessa crise, o que poria em descrédito toda a bandeira de liberalização econômica, tão cara a eles."

Sistema de câmbio – A crise brasileira derruba mais um paradigma que reinou entre os economistas internacionais durante algum tempo: a panacéia do câmbio flutuante após as crises cambiais que assolaram América Latina e Ásia. Depois da crise asiática, os economistas deram extrema-união aos sistemas de câmbio semifixos, como o brasileiro antes até 1999, com desvalorizações anuais de cerca de 7,5%. Na época, convencionou-se que os regimes intermediários não eram viáveis. Ou optava-se por um câmbio fixo (como currency board da Argentina e Hong Kong ou dolarização) ou a flutuação. O colapso da Argentina enterrou o dogma do câmbio fixo. E agora, com a crise brasileira, o câmbio flutuante também passa a ser questionado. "Estamos vendo que até

o câmbio flutuante pode entrar em colapso, com consequências financeiras sombrias quando parte da dívida do país está atrelada ao dólar", diz Eichengreen. "Mas mesmo com esses problemas do câmbio livre, ele ainda é infinitamente melhor do que precisar defender a âncora cambial com controle de fluxos de capitais, tarifas de importação, restrições sobre saques bancários."

Argentina X Brasil – Apesar de Eichengreen ser um um feroz oponente aos pacotes de ajuda, ele defende o apoio ao Brasil. E não acha que a Argentina tenha sido injustiçada pela instituição multilateral de crédito. "O Brasil não sofre dos problemas crônicos de irresponsabilidade fiscal nas províncias (Estados) que a Argentina ainda tem; além disso, a economia brasileira é mais flexível e tem uma capacidade maior de crescimento."

No mês que vem, Eichengreen estará lançando o livro *Financial Crises and What to Do About Them* (Crises Financeiras e o que fazer a respeito).